

# Secretarias Municipais de Agricultura no Desenvolvimento Rural

## SEMINÁRIO

PARA ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS  
DE AGRICULTURA E DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS



## **Confederação Nacional de Municípios - CNM**

### Diretoria

#### Presidente

Paulo Roberto Ziulkoski - Mariana Pimentel/RS

#### Primeiro Vice

Érico Piana Pinto Pereira - Primavera do Leste/MT

#### Segundo Vice

Gilmar Dominici - Franca/SP

#### Terceiro Vice

Alcides Mantovani - Zortéa/SC

#### Quarto Vice

Carlos Alberto Bezerra de Alencar - São Julião/PI

#### Primeiro Secretário

Joaquim Gilberto Soares - São Miguel de Taipu/PB

#### Segundo Secretário

Paulo Roberto Ribeiro - Taguatinga/TO

#### Primeiro Tesoureiro

José Irineu de Carvalho - Pereiro/CE

#### Segundo Tesoureiro

Carlos Magno Ramos - Ouro Preto d'Oeste/RO

# **Secretarias Municipais de Agricultura no Desenvolvimento Rural**



**Ministério do  
Desenvolvimento Agrário**





# Sumário

Introdução .....□	07
1 - A Representação Política dos Municípios nos Conselhos Colegiados Estaduais e Federais .....	09
2 - Conselhos Relacionados ao Desenvolvimento Rural .....	17
3 - Importância Econômica e Social da Agricultura Brasileira e as Principais Políticas para o Espaço Rural .....	25



## Introdução

A Confederação Nacional de Municípios - CNM para o cumprimento de seus objetivos e dentro de suas estratégias de atuação, está cumprindo a sua tarefa, de oferecer alternativas e trabalhos de sensibilização, organização, assessoria e capacitação para as mais diversas áreas de interesse dos municípios.

Com o ingresso dos novos prefeitos, secretários, coordenadores e dirigentes no início deste ano de 2005, emerge a necessidade de colocarmos para estes representantes municipais a situação atual das políticas públicas dos segmentos agrícola e agrário, sensibilizando-os para a busca de alternativas, soluções e proposta de atuação colegiada e organizada dentro de cada estado e suas micro e macrorregiões.

A CNM, comprometida com os municípios e suas dificuldades, quer através desta proposta, contribuir para o processo de construção de uma conjuntura econômica brasileira, estadual e regional, baseada em pressupostos de participação ativa dos municípios através de um colegiado organizado, de maneira a trazer resultados efetivos de desenvolvimento e crescimento sustentável.

Este projeto significa um passo importante para os municípios, pois os participantes do colegiado serão interlocutores mais esclarecidos na defesa das propostas e projetos de interesse comum, podendo interagir com o governo federal de forma séria e responsável, na construção de um modelo mais eficaz e de resultados economicamente mensuráveis.

Chegou a hora dos municípios participarem efetivamente da formulação das políticas públicas, assumindo, definitivamente, os desafios do Desenvolvimento Rural Sustentável, evidenciando a sua importância neste processo.

A organização e a inserção destes representantes municipais e o conhecimento das políticas públicas existentes para os segmentos agrícola e agrário são fundamentais e imprescindíveis para a efetivação do processo de crescimento econômico pelo que representam de importância para a economia brasileira, necessitando receber toda atenção e apoio para superar as dificuldades e apresentar mais e melhores resultados contribuindo para o superávit da nossa balança comercial.

A CNM, desta forma, se insere neste projeto como entidade de apoio na organização e desenvolvimento do setor agrícola nos municípios e articuladora das propostas por eles referendadas, ressaltando que este trabalho é apenas o início de um processo que vai necessitar de outras

ações para complementar a implantação e efetivação dos Conselhos, que terão na CNM o compromisso de por eles trabalhar e assisti-los.

Com este projeto, não apenas se beneficiarão os municípios, seus representantes, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, os governos estaduais e federal, mas principalmente os produtores e os agricultores familiares que carecem, muitas vezes, da orientação dos seus representantes municipais, quanto às políticas agrícolas e agrárias, apoio técnico, recursos e financiamentos disponíveis.



# **1 - A Representação Política dos Municípios nos Conselhos Colegiados Estaduais e Federais**





## Constituição de 1988: Política de Descentralização

Desde a promulgação da Constituição de 1988, fruto dos compromissos gerados durante o processo de redemocratização, teve destaque a restauração da Federação, através do aumento do poder político e tributário dos Estados e Municípios, e a consolidação da democracia, por meio do crescimento do poder das comunidades locais no processo decisório sobre políticas públicas. Assim, no Brasil, a descentralização/municipalização foi tratada como uma questão eminentemente política.

A constituição de 1988 trouxe como grande avanço para os municípios o reconhecimento como ente federado autônomo. Entre 1988 e 1998, o volume de recursos para os municípios aumentou consideravelmente. Apesar deste aumento significativo, e do país ser considerado - entre os de economia em desenvolvimento - como um dos que mais descentralizam recursos, estes são distribuídos de forma muito desigual, dadas as grandes heterogeneidades socioeconômicas e demográficas do país.

Quadro 1 - Receita tributária municipal per capita (em reais de 1996) nas cidades com menos de 20 mil habitantes.

Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
14,6	3,6	2,4	24,4	21,7	16,4

*Nota: A média nacional era de 71 reais per capita naquele ano, elevação devida as maiores cidades. Municípios com menos de 20 mil habitantes correspondem a 75% do total dos existentes no país.*

No que se refere às competências municipais, a Constituição de 1988 optou pela ênfase nas competências concorrentes ou comuns entre os três níveis de governo.

ESFERA DE GOVERNO	SERVIÇOS / ATIVIDADES
Federal - Estadual - Municipal	Saúde Assistência aos portadores de deficiência Preservação P. Histórico, artístico e cultural Cultura, educação e ciência Habitação e saneamento Segurança do trânsito Políticas para as pequenas empresas Turismo e lazer Combate a pobreza e marginalização social Proteção ao Meio Ambiente/recursos naturais Preservação das florestas/fauna e flora Agricultura e abastecimento alimentar Exploração das atividades hídricas/minerais
Predominantemente local	Pré-escola e educação fundamental Saúde Preservação histórica e cultural
Apenas local	Transporte coletivo Uso do Solo

## Final dos anos 90: descentralização através das políticas universais

A descentralização do final dos anos 90 se deu pelo aumento progressivo das transferências federais, para a implementação de alguns programas sociais universais. Políticas para superar os constrangimentos financeiros e de gestão da maioria dos municípios brasileiros foram engendradas pelo governo federal através da adoção de novos desenhos e formas de financiamento dessas políticas, que visam à municipalização da provisão da saúde pública e da educação fundamental.

Ambas as políticas foram concebidas como um sistema complexo de relações intergovernamentais baseado em recompensas e sanções. Tal sistema incentivou os municípios a aderirem a este tipo de descentralização. A municipalização das políticas de saúde e educação pode ser considerada um sucesso nacional em termos quantitativos.

Esses resultados mostram que a descentralização/municipalização no Brasil nem sempre implicou na transferência de capacidade decisória para as esferas subnacionais, mas também na delegação de responsabilidade sobre a implementação de algumas políticas sociais universais, desafio para milhares de municípios brasileiros.

Estas políticas de descentralização/municipalização, em especial da saúde e educação, vêm se dando através dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais, dos Secretários Municipais destas pastas, influenciando na formulação das políticas públicas. Entretanto, verificamos que um segmento estratégico no processo de desenvolvimento rural, que são as Secretarias Municipais de Agricultura, não foram contempladas com a preocupação de organização em colegiados, o que redundava numa lacuna dentro de um processo estratégico de desenvolvimento para os Municípios, Territórios e para o País. Assim é que estamos propondo a organização das Secretarias Municipais de Agricultura em colegiados, regionais, estaduais e nacional para participarem na formulação e intervenção das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

O Estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro na organização dos espaços territoriais que envolvem mais de um município, através da formação de associações de municípios vizinhos, da mesma bacia hidrográfica ou que tenham características físicas, econômicas, sociais ou políticas semelhantes.

Com o sucesso e vitórias obtidas a partir das reivindicações dessas Associações, os representantes dos municípios envolvidos perceberam a necessidade de uma maior especialização nas

discussões que envolviam o segmento do desenvolvimento rural local. Surgiram, então, as Associações Regionais dos Secretários Municipais da Agricultura dos territórios das associações municipais já existentes. Com o desenvolvimento das discussões nessas Associações de Secretários da Agricultura, detectou-se a necessidade da criação do Conselho dos Secretários Municipais da Agricultura do Rio Grande do Sul - Consema, órgão de integração e assessoramento aos municípios em assuntos da agricultura, pecuária, meio ambiente, abastecimento e agroindústria.

São finalidades do Consema:

- Apoiar, defender e integrar a ação das Secretarias Municipais da Agricultura em busca de uma maior produção, produtividade, melhor renda do produtor rural, além de estabelecer mecanismos de abastecimento à população, preservando o meio ambiente;
- Representar e apoiar os Secretários Municipais da Agricultura, fortalecendo sua organização regional;
- Participar da formulação das políticas para o desenvolvimento do setor agropecuário e agroindustrial do Estado, bem como da elaboração e implantação dos planos que visam atingir os objetivos fixados;
- Coletar e divulgar informações relativas ao setor para as Secretarias Municipais da Agricultura do Estado.

Constituição do Consema:

- Assembléia Geral - órgão máximo de deliberação do Conselho, composto pelos Secretários da Agricultura dos municípios;
- Colégio dos Representantes das Associações Regionais - órgão responsável pela elaboração do programa de trabalho e definição das ações do Consema, com base na deliberação da Assembléia Geral, composto pelos representantes das Associações Regionais;
- Comissão Executiva - órgão responsável em executar as deliberações da Assembléia e do Colégio de Representantes e de desenvolver ações que as operacionalizem, composta por seis membros do Colégio de Representantes.

As ações político-institucionais do Consema acontecem por meio da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - Famurs, entidade à qual está vinculado como também, através das suas Comissões Internas compostas por prefeitos de todas as regiões do Estado e através dos mais de 100 conselhos e órgãos colegiados de representação estadual e federal, que a entidade integra e cujas decisões influem diretamente em todas as políticas públicas que são implementadas.

Vitórias e participações importantes podem ser destacadas na área da Agricultura como resultado dessa organização: - Liberação do plantio de organismos geneticamente modificados (trans-

gênicos), assessoramento ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, implantação do Serviço de Inspeção Municipal, avanço na municipalização da área ambiental, na qual hoje cerca de 100 (cem) municípios já realizam o licenciamento ambiental, entre outros.

Para uma melhor visualização e compreensão da proposta, apresentamos a estrutura dos vários outros Conselhos já existentes.





## **2 - Conselhos Relacionados ao Desenvolvimento Rural**





## Conselhos Relacionados ao Desenvolvimento Rural

A descentralização das políticas públicas tem sido acompanhada pela implementação de conselhos nacionais, estaduais e municipais participativos (deliberativos ou consultivos) com objetivo de garantir gestões compartilhadas entre os diferentes níveis de governo e sociedade.

As políticas de interesse para o desenvolvimento rural encontram-se principalmente nos Ministérios do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, Ministério do Meio Ambiente - MMA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Nosso objetivo será caracterizar os conselhos ligados a estes Ministérios e suas formas de participação e decisão.

### Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - Condraf

---

#### O que é

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, articula as políticas necessárias para o desenvolvimento rural voltado à agricultura familiar. É um instrumento de proposição de diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas, constituindo-se em espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil.

#### Objetivos

Superação da pobreza por meio da geração de emprego e renda; redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; diversificação das atividades econômicas e sua articulação dentro e fora dos territórios rurais; e adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases estratégicas de planejamento e de execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.

#### Composição

Constituído por 38 membros, paritário entre seus componentes de governo e representantes da sociedade civil. Participam 14 Ministérios; o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Agricultura; Associação Brasileira das Empresas de Extensão Rural - ASBRAER; Órgãos Estaduais de Terra; Sebrae; Confederação Nacional de Municípios e 19 entidades da sociedade civil, incluindo as representações dos agricultores familiares e assentados.

#### Estrutura

O Condraf tem como estruturas auxiliares os comitês e os grupos temáticos. Os Comitês são per-

manentes e têm a atribuição de acompanhar, analisar, propor e deliberar acerca das políticas estruturantes de responsabilidade do MDA.

Os Comitês do Condraf em funcionamento são: Fundo de Terras e Reordenamento Agrário; Assistência Técnica e Extensão Rural; Infra-estrutura e Serviços Públicos; e Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

Os Grupos Temáticos têm perfil formulador e propositivo. Têm caráter temporário e a atribuição de apresentar propostas ao plenário do Condraf, fornecendo subsídios e recomendações acerca da formulação e adaptação de políticas de desenvolvimento rural. Os grupos temáticos do Condraf criados foram: Institucionalidade e Gestão Social; Educação do Campo; Juventude Rural e Biodiesel.

### Decisões

As diferentes políticas do MDA são discutidas no Condraf e aprovadas na forma de resoluções ou moções.

Para dar idéia da abrangência das resoluções do Condraf, destacamos:

- Resolução 37: estabelece procedimentos operacionais dos Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Públicos Municipais no apoio ao desenvolvimento de territórios rurais, Pronaf/MDA;
- Resolução 42: estabelece o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária;
- Resolução 48: propõe Diretrizes e Atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável - CDRS nos diferentes níveis de atuação;
- Resolução 52: aprova Recomendações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf para as Institucionalidades Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Resolução 53: altera a competência e composição do Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário.

## Conselhos e Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura

---

### O que são

O Conselho Nacional de Política Agrícola e o Conselho do Agronegócio são órgãos consultivos, vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com objetivo de articular e negociar, entre os setores público e privado, a implementação dos mecanismos, diretrizes e estratégias competitivas para as propostas de política agrícola.

### Composição

Paritária entre representantes do governo e das cadeias do agronegócio.

### Estrutura

A estrutura funcional - tanto do Conselho de Política Agrícola quanto a do Conselho do Agronegócio - é integrada por Câmaras Temáticas, Câmaras Setoriais especializadas, além de Grupos Temáticos específicos. As Câmaras são compostas por representantes das entidades empresariais e de trabalhadores; organizações não governamentais, bem como órgãos públicos relacionados com o sistema produtivo da cadeia produtiva a ela associada.

Compete às Câmaras Setoriais promover o diagnóstico sobre os múltiplos aspectos envolvendo a atividade, propor e encaminhar soluções ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Das 19 Câmaras, destacamos:

- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo, Aves e Suínos;
- Câmara Temática de Ciências Agrárias;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos;
- Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio.

### Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama

---

#### O que é

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, sistema vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

#### Objetivos

Dentre as diversas competências do Conama está estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos; estabelecer sistemática de monitoramento, avaliação e cumprimento das normas ambientais e estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades poluidoras.

### Composição

A composição do Plenário é feita da seguinte forma: um representante do Ibama; um da ANA; um representante de cada Ministério; um representante de cada um dos Governos Estaduais e do Distrito Federal; oito representantes dos Governos Municipais que possuam órgão ambiental estruturado e Conselho de Meio Ambiente, com caráter deliberativo; dois representantes de entidades municipalistas de âmbito nacional; vinte e dois representantes de entidades de trabalhadores e da sociedade civil.

### Estrutura

O Conama é composto de Plenário, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. Dentre as Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho de interesse para o desenvolvimento rural, destacamos: CT Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros (GT Licenciamento Ambiental da Aqüicultura); CT Controle e Qualidade Ambiental (GT Outorga e Licenciamento Ambiental); CT Educação Ambiental; CT Florestas e Atividades Agrossilvopastoris ; CT Gestão Territorial e Biomassa (GT Consolidação das Propostas de Resolução sobre APP e GT Recomposição e Compensação da Reserva Legal ); CT Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas (GT Regulamentação do Uso dos Recursos Naturais para fins Turísticos de Recreação e Lazer e GT Regularização das Eventuais Superposições Entre Áreas Indígenas e Unidade de Conservação da Natureza).

### Decisões

O Conama legisla por meio de Resoluções quando a matéria se trata de deliberação vinculada à competência legal. Através de Moções, Recomendações ou Deliberação quando versar sobre matéria de qualquer natureza relacionada com a temática ambiental.

## O Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

---

### O que é

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, é a instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água sendo, assim, um dos grandes responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos no País.

### Objetivos

Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos; estabelece diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e promove a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários. Aprova os comitês de bacia.

### Composição

O CNRH é composto por representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; usuários de recursos hídricos (irrigantes; indústrias; concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica; pescadores e usuários da água para lazer e turismo; prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e hidroviários); e por representantes de organizações civis de recursos hídricos (consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; organizações técnicas e de ensino e pesquisa, com interesse na área de recursos hídricos; e organizações não-governamentais).

### Estrutura

O CNRH possui nove Câmaras Técnicas para tratar de assuntos pertinentes às suas atribuições com o objetivo de subsidiar os conselheiros nas decisões em plenário. Destacamos: CT de Assuntos Legais e Institucionais; CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos; CT de Águas Subterrâneas; CT de Análise de Projeto; CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras e CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.

### Decisões

Nas reuniões do Conselho são aprovadas Moções e Resoluções. As Resoluções do Conselho têm amplitude nacional e servem para balizar as ações nos estados, municípios e nas bacias hidrográficas, sendo passíveis de adequação às realidades locais.

Dentre as Resoluções aprovadas, destacamos:

- Resolução nº 5: estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Resolução nº 15: determina normas para o disciplinamento da gestão integrada de águas subterrâneas;
- Resolução nº 16: estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos;
- Resolução nº 19: aprova o valor da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

## Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea

---

### O que é

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -Consea, órgão vinculado a Presidência da República, é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil para proposição de diretrizes para as ações na área da segurança alimentar e nutrição.

### Objetivos

Assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação e estimular que a sociedade participe da formulação, execução e acompanhamento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

### Composição

O Consea (gestão 2004/2006) é um colegiado consultivo formado por 59 conselheiros - 42 representantes da sociedade civil organizada e 17 ministros de Estado e representantes do Governo Federal, além de 16 observadores convidados. A CNM representa os municípios no Consea.

### Estrutura

As Câmaras Temáticas foram criadas para organizar o funcionamento do Consea. Possuem como propósito o aprofundamento dos temas que devem ser tratados nas reuniões do conselho, elaborando propostas à consideração do colegiado. São elas:

- CT 1: Produção e Abastecimento;
- CT 2: Nutrição e Saúde; e
- CT 3: Programas para grupos populacionais específicos.

Além das CT, existem os grupos de trabalho, como o de Diretrizes de Segurança Alimentar ao Plano Safra 2004/2005.

### Decisões

Criação do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) permitindo a compra, sem licitação, de produtos dos agricultores familiares, até o limite de R\$ 2.500 por agricultor/ano para os agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

As modalidades de aquisição previstas sob o programa são as seguintes: Compra Direta (CDAF); Compra Antecipada (CAAF); Contrato de Garantia de Compra (CGCAF); Compra Direta Local (CDLAF); Compra Antecipada Especial (CAEAF) e Programa do Leite.



**3 - Importância Econômica e Social da  
Agricultura Brasileira e as Principais  
Políticas para o Espaço Rural**





## Importância Econômica e Social da Agricultura Brasileira e as Principais Políticas Voltadas para o Espaço Rural

Nenhum outro país do mundo teve um crescimento tão expressivo na agropecuária quanto o Brasil nos últimos anos. A safra de grãos, por exemplo, saltou de 57,8 milhões de toneladas para 123,2 milhões de toneladas entre as safras 1990/1991 e 2002/2003. Nesse período, a evolução da pecuária também foi invejável, com destaque para a avicultura, cuja produção aumentou 234% - ou 16,7% ao ano -, passando de 2,3 milhões para 7,8 milhões de toneladas.

De 1990 para cá, a produção de grãos no Brasil cresceu 131%. Nesse período, a área plantada ampliou-se em apenas 16,1%, passando de 36,8 milhões para 43,9 milhões de hectares. A abundância foi obtida graças ao aumento de 85,5% no índice de produtividade nessas últimas 13 safras. O rendimento das principais culturas agrícolas saltou de 1,5 toneladas para 2,8 toneladas por hectare. Por trás desse avanço, estão as digitais da pesquisa agropecuária, responsável pelo desenvolvimento de 529 novos cultivares adaptados especificamente a cada clima e solo nas principais regiões produtoras do Brasil. Pesaram também, o emprego de técnicas mais avançadas e ambientalmente corretas, como o plantio direto na palha, e o trabalho de correção de solos e recuperação de áreas degradadas de pastagens e outras culturas.

Com pelo menos 90 milhões de terras agricultáveis ainda não utilizadas, o Brasil pode aumentar em, no mínimo, três vezes sua atual produção de grãos, saltando dos atuais 123,2 milhões para 367,2 milhões de toneladas. Esse volume, porém, poderá ser ainda maior, considerando-se que 30% dos 220 milhões de hectares hoje ocupados por pastagens devem ser incorporados à produção agrícola em função do expressivo aumento da produtividade na pecuária. O país tem condições de chegar facilmente a uma área plantada de 140 milhões de hectares, com a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Nordeste. Tudo isso em total sintonia e respeito à legislação ambiental.

A exemplo da agricultura, a pecuária registra um crescimento espetacular. De 1990 a 2003, a produção de carne bovina aumentou 85,2% - ou 6,1% ao ano -, passando de 4,1 milhões para 7,6 milhões de toneladas. Nesse período, a suinocultura cresceu 173,3% ou 12,4% ao ano. A produção de carne suína saltou de 1 milhão para 2,87 milhões de toneladas. O complexo carnes, que inclui outros tipos do produto, também investe na pesquisa, por intermédio do melhoramento genético, e na certificação de origem do produto.

Dono do maior rebanho bovino comercial do mundo, o Brasil tem mais de 83 % das suas 183 milhões de cabeças em áreas livres de febre aftosa, uma doença altamente contagiosa e economicamente devastadora. O país também é considerado pelo Comitê Veterinário da União Européia

como “área de risco desprezível” para a ocorrência do chamado mal da “vaca louca”, a doença que dizimou populações inteiras na Europa e chegou recentemente ao continente americano.

Ao mesmo tempo, a maior parte do território brasileiro está livre de doenças como “newcastle”, que pode exterminar plantéis inteiros de frangos e até mesmo contagiar o homem, e a peste suína clássica, letal para animais jovens. O país também não registra qualquer caso de influenza aviária, a chamada “gripe do frango”, um vírus altamente contagioso que tem infectado aves na Ásia, América do Norte e Europa. No setor avícola, o país é o segundo do mundo. Em suíno, tem a terceira maior população do globo.

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. As projeções indicam que o país também será, em pouco tempo, o principal pólo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, além de suínos e pescados, são destaques no agronegócio brasileiro, que emprega atualmente 17,7 milhões de trabalhadores, somente no campo, sendo 77% nas propriedades da agricultura familiar.

Estima-se, segundo o MAPA, que o PIB do setor chegue a US\$ 180,2 bilhões em 2004, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados em 2003. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,6% ao ano. No ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ de 25,8 bilhões. Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Em 1993, as exportações do setor eram de US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. Esses resultados levaram a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) a prever que o País será o maior produtor mundial de alimentos na próxima década.

## A Agropecuária Brasileira em Números

Área plantada (ha)	43,9 milhões
Área agricultável não utilizada (ha)	90,0 milhões
Produção de grãos (t)	123,2 milhões
Potencial (t)	367,2 milhões
Carne bovina (t)	7,6 milhões
Carne suína (t)	2,87 milhões
PIB estimado	US\$ 180,2 bilhões
Superávit de exportação (1993)	US\$ 25,8 bilhões
Geração de emprego no campo	17,7 milhões

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Dentro deste contexto, o PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar alcançou em 2003 R\$ 156,6 bilhões, ou 10,06 % do PIB nacional, com um crescimento de R\$ 13,4 bilhões, ou 9,37% a mais que no ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB nacional (0,5%) e do PIB das cadeias produtivas da agricultura patronal (5,13%).

Em 2003, a agricultura familiar foi a base de importantes cadeias de produtos protéicos de origem animal, sendo majoritária no caso do PIB da cadeia produtiva dos suínos (58,8% do PIB total desta cadeia), do leite (56%) e das aves (51%). (Fonte Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - PIB da Agricultura Familiar).

Tudo isto teve um custo, já que historicamente as políticas agrícolas foram criadas com visões produtivistas, num processo de mecanização intensiva e uso de insumos ditos modernos, que levou a exclusão de centenas de milhares de trabalhadores e pequenos produtores do campo para as cidades sem que tivessem políticas adequadas para absorvê-los.

Isto ocorreu pelo uso de políticas agrícolas inadequadas, voltadas fortemente para a mecanização, o uso de insumos e aumento da produtividade, a chamada “revolução verde” ou “modernização conservadora” (Desenvolvimento Agrícola.).

Somente a partir de 1995, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, inicia-se um processo embrionário de descentralização, participação e estabelecimento de parcerias, buscando o homem como sujeito das ações por meio de um processo de inclusão social, cultural, política, econômica e ambiental. É o início de um processo novo voltado para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Neste mesmo período, surgem novos estudos sobre a agricultura familiar brasileira e sobre os novos arranjos no espaço rural, como é o caso do Projeto de Pesquisa Temática “caracterização do novo rural brasileiro” - denominado sinteticamente de Projeto Rurbano do Instituto de Economia da Unicamp desenvolvido pelos professores José Graziano da Silva e Clayton Campanhola. Dizem os autores numa das conclusões do Projeto:

“A principal conclusão a que chegamos da Fase I do Projeto Rurbano foi que o emprego agrícola vem caindo sistematicamente desde meados dos anos 80, mas a população rural ocupada (PEA rural), ao contrário do esperado, cresceu no mesmo período. É como se estivesse havendo uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor agrícola com criação de inúmeras “novas atividades” não agrícolas no meio rural.

Em função disso, já não se pode caracterizar mais o meio rural brasileiro como estritamente agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola, nem da expansão/retração das áreas e/ou produções agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas - como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

O meio rural ganhou, por assim dizer, novas funções e “novos” tipos de ocupações:

- propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente às famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), através dos pesque-pagues, hotéis fazenda, chácaras de fins-de-semana, etc.;
- dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- desenvolver atividades de prevenção e conservação da natureza;
- abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada pela igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus no transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos)”;

*Fonte: Instituto de Economia da Unicamp.*

O novo desafio colocado pelas políticas públicas do País é compatibilizar o dinamismo do agro-negócio com equidade social, fortalecimento da agricultura familiar, diversificação econômica nos municípios e sustentabilidade ambiental; e condições necessárias para o desenvolvimento rural.

Vejamos aqui os diferentes programas hoje existentes em nível Federal que procuram atender a diversidade existente no espaço rural. Dentre eles, podemos destacar:

## Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

---

### Secretaria de Agricultura Familiar - SAF

---

#### Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf

- Pronaf Investimento e Custeio para os grupos A, B, C, D e E;
- Pronaf Florestal voltado ao financiamento de espécies florestais para implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais;
- Pronaf Jovem;
- Pronaf Mulher;
- Pronaf Turismo Rural;
- Pronaf Agroindústria Familiar;
- Pronaf Agroecologia;
- Pronaf Pesca (em conjunto com a Secretaria Nacional de Pesca), dentre outras linhas de financiamentos existentes.

#### Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pronater

Só no ano passado, foram investidos R\$ 127 milhões em capacitação e assistência técnica aos agricultores familiares e estão previstos para este ano investimentos da ordem de R\$ 198 milhões, que poderão ser utilizados pelos municípios para a prestação de assistência técnica e extensão rural aos pequenos agricultores locais;

### Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT

---

Programa de Cooperativismo e Associativismo: com forte incentivo à criação de cooperativas de crédito

Programa de Apoio à Infra-estrutura no Desenvolvimento dos Territórios Rurais, buscando harmonizar as estratégias de desenvolvimento Territorial, articulando políticas públicas nos diversos níveis de governo em sintonia com as necessidades das populações e organizações da sociedade civil, tendo como eixo a agricultura familiar e a reforma agrária.

## Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA

---

Programa Nacional de Crédito Fundiário que financia acesso à terra a trabalhadores rurais, sem-terras, jovens rurais, minifundistas, arrendatários, meeiros e posseiros.

## Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

---

Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA: tem o propósito de dar acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra, através da desapropriação ou compra de terras de forma planejada. Cada Unidade da Federação dispõe de um Plano Regional de Reforma Agrária - PRRA, onde as metas forma melhor detalhadas.”

*Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA*

## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

---

- Defesa Sanitária animal e vegetal;
- Cooperativismo e Associativismo.

Conab, em parceria com a Secretaria de Agricultura Familiar do MDA e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, desenvolve os programas de:

- Compra direta da agricultura familiar
- Contrato de garantia de compra da agricultura familiar
- Compra antecipada da agricultura familiar

*Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - Conab*

## Ministério das Minas e Energia - MME

---

Programa Luz para Todos.

O Programa funciona com a instalação dos comitês Gestores Estaduais (CGES), estando orçado em R\$ 7 bilhões, e pretende atingir 12 milhões de pessoas até 2008 sendo que 80% destas vivem no meio rural.

*Fonte: Ministério das Minas e Energia - MME*

## Ministério da Integração Nacional

---

### Programa de Desenvolvimento de Espaços Sub-Regionais - Promeso

Atua por meio de um conjunto de ações estruturantes voltados para a redução das desigualdades mediante o desenvolvimento endógeno do potencial econômico num processo articulado com a sociedade local.

### Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido - Conviver

Visa integrar ações do Governo Federal direcionados para o semi-árido.

### Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-região - PROMOVER

Apóia iniciativa que defende uma maior dinamização, maior refinamento metodológico, tecnológico ou gerencial para que sejam conquistados núcleos especializados dos mercados local, regional, nacional ou internacional.

### Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Constitui uma vertente prioritária do Desenvolvimento Regional e da Articulação com outros Países da América do Sul.

### Organização Produtivas de Consumidores Pobres - Produzir

Atua na área de identificação e viabilização de alternativas de trabalho e renda para as comunidades mais carentes e excluídas da dinâmica sócio-econômica do País, por meio de capacitação específica, configurando um elo entre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional com a Política de Desenvolvimento Social.

### Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR

Tem como objeto as profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais do País.

*Fonte: Ministério da Integração Nacional - MIN*

## Ministério do Meio Ambiente

---

- Agenda 21 - Crédito de Carbono;
- Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA;
- Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II;
- Programa Nacional de Florestas - PNF.

## Ministério da Educação

---

- Merenda escolar;
- Transporte escolar.

## Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

---

- Bolsa Família;
- Fome Zero.

Por outro lado, essas diferentes políticas governamentais na sua grande maioria chegam aos municípios de forma desarticulada, em função da falta de um Plano de Desenvolvimento Rural, em nível local, que articule e coordene estas políticas, beneficiando de forma mais direta os agricultores e as pessoas que vivem no espaço rural, envolvendo-as na construção de um processo amplo de desenvolvimento, criando condições de qualidade de vida no interior.

Existe um grande desafio para os Secretários Municipais de Agricultura de como articular, em nível municipal e regional, todas essas políticas voltadas para o meio Rural, além dos programas desenvolvidos pelos Governos Estaduais. Frente a isto é que a Confederação Nacional de Municípios - CNM se propõe a apoiar os municípios na formação de colegiados regionais, estaduais e nacional para que possam participar efetivamente da formulação das políticas voltadas para o desenvolvimento do ambiente rural, deixando de ser objeto das Políticas Governamentais para participar como sujeito dessas mesmas políticas.

Além disso, seria interessante que cada Secretaria Municipal de Agricultura tivesse um Plano de Desenvolvimento Rural, bem articulado com as demais Secretarias Municipais que desenvolvem políticas econômicas e sociais no espaço rural, promovendo o envolvimento das pessoas que ali vivem, beneficiando-as de forma mais organizada com as ações governamentais que, para muitos, são imperceptíveis.

Uma ação articulada entre as Secretarias e os Programas voltados para o espaço rural, daria maior visibilidade ao conjunto da administração municipal e facilitaria a avaliação dos resultados, qualificando assim, o planejamento e o orçamento dos anos seguintes.



Autores:

Eduardo Henrique Freire

Ludgério Monteiro Corrêa

Luiz Fernando de Mattos Pimenta

Colaborador:

Francisco Urbano de Araújo Filho

Editora:

Kenia de Aguiar Ribeiro

Revisor:

Rodrigo Bauer

Confederação Nacional de Municípios - CNM  
SCRS 505 Bloco C 3º andar Cep 70350-530 Brasília - DF

[www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)

Brasília, 2005.

# Secretarias Municipais de Agricultura no Desenvolvimento Rural

Promoção:



**Ministério do  
Desenvolvimento Agrário**

